

ICMBio

Edição 537 - Ano 11 – 18 de outubro de 2019

em foco



Expedição captura aves limícolas em Jurubatiba

ICMBio Cipó-Pedreira discute manejo integrado do fogo

Novas espécies de peixe-elétrico são descobertas em UC

Serra da Canastra inaugura atrativo histórico-cultural



Nova trilha propõe resgate da história da região

Parna da Serra dos Órgãos inaugura nova trilha histórica

No ano em que são comemorados os 80 anos de criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), há mais um motivo para comemorar: a unidade de conservação irá inaugurar uma nova trilha histórica na Sede Guapimirim.

Apelidada carinhosamente de “arqueotrilha”, o novo caminho irá transportar os trilheiros para a primeira metade do século passado, em que o transporte na região era realizado por meio de locomotivas a vapor. A trilha remonta o trecho da ferrovia que ligava Guapimirim à Teresópolis, mais especificamente as regiões da Barreira e Miudinho (Guapimirim). Devido ao grande declive no local, as locomotivas utilizavam um sistema especial de cremalheira, sem o qual não teriam tração suficiente para vencer a subida.

A ferrovia, que teve seu primeiro trecho (Piedade – Centro, Magé) inaugurado em 1895, visava inicialmente ligar Niterói a Porto Marinho

(Cantagalo). Em razão de restrições técnicas e econômicas, seu projeto foi modificado e o ponto de partida passou a ser o Porto de Piedade (Magé), onde passageiros chegavam de barca após a travessia da Baía de Guanabara.

Em 1896, seu traçado já alcançava Guapimirim e, apenas em 1908, chegava à Teresópolis, na antiga estação do Alto, tornando-se fundamental para o desenvolvimento das cidades de Guapimirim e Teresópolis. “O resgate de parte da história que a nova trilha propõe será de grande valor para a região, dando a oportunidade para moradores locais conhecerem e se apropriarem desse legado e compartilharem com os demais visitantes”, afirmou Leandro Goulart, chefe do Parna.

RELATO DE UMA VOLUNTÁRIA

Brigadistas e voluntários estão trabalhando para a inauguração da nova trilha da Serra

dos Órgãos. Confira a seguir o depoimento de uma das participantes.

“Pouco tempo após ter vindo morar em Teresópolis, em 2011, escutei falar do trem que subia a serra e ficava imaginando o quanto devia ser encantador o trajeto que ele percorria por entre os vales e montanhas da Serra dos Órgãos. Mas, além da ponte que fica em frente à sede do parque em Teresópolis e vestígios das pilastras da ponte na Sede de Guapimirim, pouco encontrei dos indícios sobre a época em que a estrada de ferro existia.

Em 2018, participando do programa de voluntariado de manejo e abertura de trilhas, acabei me envolvendo no trabalho de abertura da ‘Arqueotrekking’ (como era chamada inicialmente), que seria uma nova trilha na sede de Guapimirim, compreendendo o trecho que o trem percorria entre o bairro da Barreira e a Estação do Miudinho. Mal sabia eu que em tão pouco tempo iria me envolver de forma tão efetiva e também afetiva com o projeto de abertura da trilha.

Em maio de 2019, ingressei pela segunda vez na Brigada de Incêndio Florestal do Parna e, pelo envolvimento que já tinha no trabalho de manejo de trilhas como voluntária, acabei sendo convidada a coordenar a continuação da abertura da Arqueotrilha, que ainda tinha muito trabalho para ser realizado.

Foram várias incursões e muito trabalho braçal para concretizar a abertura da trilha num ambiente abandonado por décadas. Apesar das dificuldades e até mudança de parte do traçado original, foi muito prazeroso descobrir os poucos vestígios que restaram daquela época.

Brigadistas e voluntários do parque trabalharam em conjunto para dar forma e vida ao que se tornará uma trilha que vai além de uma simples caminhada e possui um forte apelo histórico, podendo atrair visitantes para além dos poços e cachoeiras que são o ponto alto da Sede de Guapimirim”, relatou Monique Zajdenweg, brigadista, condutora de visitantes e supervisora de Manejo, Manutenção e Sinalização de Trilhas do Voluntariado ICMBio Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Manejo florestal comunitário familiar receberá apoio do Pronaf

O Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) apoiará pela primeira vez um projeto para custeio de manejo florestal comunitário familiar. A ação beneficiará comunitários da Reserva Extrativista Verde para Sempre (PA), contemplando 30 famílias.

A iniciativa receberá um crédito de R\$ 850 mil, concedido pelo Banco da Amazônia, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, a partir de uma linha do Pronaf. Para receber o financiamento, 26 especialistas de cinco instituições diferentes elaboraram a primeira planilha de risco técnico agrícola para o custeio de Manejo Florestal Comunitário Familiar. O instrumento é utilizado para cooperativas e associações extrativistas da Amazônia acessarem crédito junto ao sistema financeiro.

Humberto Figueiroa Barbosa, técnico ambiental da Resex, explica que os créditos serão importantes para aumentar a competitividade de mercado, garantir maior independência do setor produtivo e diminuir a influência sobre os preços de venda da madeira. “Hoje, o baixo fluxo de caixa dos projetos comunitários aliado à competição com o mercado madeireiro ilegal dificulta a negociação por preços de vendas maiores, tornando-as reféns dos valores ditados pelas empresas compradoras, que veem a cadeia produtiva fragilizada”, explicou.

O Pronaf Custeio será concedido no formato de crédito individual com autorização para uso coletivo, arranjo financeiro concebido para

atender as peculiaridades das famílias da Resex. As garantias e a administração dos recursos são comunitárias, feitas pela Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum e pela Associação Comunitária Agroextrativista do Rio Curuminim.

Para acessar o financiamento, cooperativa e associação apresentaram ao Banco da Amazônia uma planilha de custeio de cada extrativista, com detalhamento das atividades e cronograma de execução. A garantia para as operações é a Autorização de Exploração (Autex), que foi originada no Plano de Manejo Florestal Sustentável da Resex Verde para Sempre e no contrato de venda da madeira.

A comprovação de renda dos beneficiários foi feita com a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf dos extrativistas e da madeira que irão manejar. Os cooperados e associados assinaram uma declaração autorizando a cooperativa ou associação a administrar e operar os recursos dos financiamentos rurais do Pronaf.

“Esse será mais um importante passo rumo ao desenvolvimento social nas comunidades. E, para garantir seus benefícios, também é muito importante que os atores envolvidos – serradores, motoristas, cozinheiras, associados – sejam consultados e recebam esclarecimentos sobre os processos de tomada de decisão das lideranças, inclusive quanto à necessidade de prestação de contas dos recursos nas comunidades”, ressaltou Humberto.

Acervo Resex Verde para Sempre

Apoio do Pronaf beneficiará 30 famílias da Resex

Durante a oficina, participantes discutiram ações planejadas para 2019

ICMBio Cipó-Pedreira discute manejo integrado do fogo

O ICMBio Cipó-Pedreira (MG) realizou, no dia 2 de outubro, a I Oficina de Planejamento do Manejo Integrado do Fogo – PMIF 2020. O evento teve como principais objetivos a avaliação da execução das ações planejadas para 2019, a priorização das áreas para conservação e manejo e a proposição de técnicas para execução das ações programadas.

O planejamento das ações de manejo do fogo tem sido edificado com uma construção sólida e participativa. Brigadistas, voluntários, comunitários, conselheiros, pesquisadores e gestores de unidades de conservação colaboram conjuntamente para a construção de seu planejamento e execução. “São atores imprescindíveis para que o planejamento retrate, da melhor maneira possível, as necessidades da unidade de conservação e da

comunidade”, afirmou o analista ambiental Edward Elias Junior.

Nesse sentido, o componente da gestão participativa foi potencializado no planejamento. “Uma maior comunicação e mobilização junto à sociedade e a busca da competência para que o ICMBio possa autorizar o uso do fogo no território da APA são estratégias da gestão participativa para aproximar e envolver a comunidade, reduzindo assim a ocorrência de incêndios”, explicou Edward.

No dia 13 de novembro, acontecerá a segunda oficina. Na oportunidade serão apresentadas as propostas de ações de manejo para apreciação, contribuições e consolidação pelos participantes.

Gestores são capacitados para o automonitoramento da pesca

Entre os dias 1º e 3 de outubro, foi realizada na Reserva Extrativista Renascer (PA) a capacitação de gestores de unidades de conservação federais para o Automonitoramento da Pesca, protocolo que faz parte do Subprograma Aquático Continental, inserido no Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Monitora). A atividade ocorreu por meio da colaboração entre a gestão da UC, o Cepam e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

Com o objetivo de ampliar o uso da metodologia do automonitoramento da pesca em unidades de conservação, o curso contou com a capacitação de 14 participantes, entre gestores e técnicos de sete UCs: Parque Nacional do Cabo Orange, Reserva Biológica do Abufari e reservas extrativistas Arioca-Pruanã; do Médio Purus, Renascer, Tapajós-Arapiuns e Verde Para Sempre. Participaram também parceiros locais, como a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), o IPÊ e a Secretaria do Meio Ambiente de Porto de Moz.

O curso ocorreu durante a capacitação de pescadores no protocolo de automonitoramento da pesca na Resex Renascer. Os participantes puderam interagir e conhecer dúvidas frequentes, estando aptos, ao final do curso, para realizar a capacitação em suas respectivas UCs. Esse é o caso da Resex Verde Para Sempre, que inicia ainda no mês de outubro a capacitação de seus voluntários para realizar o monitoramento da pesca.

VOLUNTÁRIOS NA RESEX RENASCER

A capacitação de voluntários para o Automonitoramento da Pesca na Reserva Extrativista Renascer, realizada nos dias 2 e 3 de outubro, contou com a participação de 24 comunitários. Além de conhecer a forma de preenchimento dos formulários, eles receberam a colaboração de gestores e técnicos, que juntos puderam conhecer mais sobre o



Representantes de sete UCs da Amazônia participaram da capacitação

Monitora e os protocolos desenvolvidos pelo Subprograma Aquático Continental.

PROTOCOLO DE AUTOMONITORAMENTO DA PESCA

O Automonitoramento da Pesca é um dos protocolos do Subprograma Aquático Continental Monitora, que utiliza o peixe e a pesca como indicadores de conservação das áreas alagáveis. A metodologia consiste no acompanhamento da atividade de pesca realizada pelos próprios pescadores ou outras pessoas da comunidade com o intuito de observar, em uma escala temporal, se houve mudanças na atividade de pesca ao longo dos anos.

As informações produzidas têm importante potencial de gerar subsídios para o manejo, a gestão dos recursos pesqueiros, tomada de decisão, fortalecimento dos acordos de pesca, elaboração de políticas públicas e também no empoderamento das comunidades acerca de seus recursos, garantindo a sustentabilidade das pescarias e a conservação dos recursos pesqueiros e da biodiversidade aquática.

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

2º Prêmio BNDES

Inscrições de
10 de junho a
31 de outubro

Sistemas Agrícolas Tradicionais

Serão até 10 prêmios, distribuídos por todo o Brasil, para boas práticas de salvaguarda e conservação dinâmica da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade presentes nos Sistemas Agrícolas Tradicionais.

Mais informações no site do BNDES
www.bndes.gov.br/premiosats2

Participe e divulgue!



Realização



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Parceiros



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO



Expedição captura aves limícolas em Jurubatiba

O Cemave promoveu, entre os dias 30 de setembro e 6 de outubro, a 3ª Expedição de Captura de Aves Limícolas no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ). A atividade foi feita em conjunto com pesquisadores do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé e do Laboratório de Virologia Clínica e Molecular da USP.

A expedição faz parte do monitoramento de espécies prioritárias do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar) e conta com apoio do Parna. O objetivo da ação foi capturar, marcar e investigar as aves migratórias no período de sua chegada ao Hemisfério Sul, avançar no conhecimento das aves aquáticas e uso dos habitats na unidade de conservação e contribuir na formação de recursos humanos para a pesquisa e conservação de aves, em especial nas técnicas de captura e marcação.

A iniciativa também oportunizou a coleta de amostras biológicas das aves para estudos virológicos, tróficos e de contaminantes e a geração de informação para a gestão do Parna, contribuindo com seus objetivos de conservação e de uso público.

REGISTRO DE AVES

Durante a expedição, foram registrados grupos mistos de até 120 indivíduos das espécies migratórias maçarico-grande-da-perna-amarela (*Tringa melanoleuca*), baituruçu-de-axila-preta

Danielle Paludo



(*Pluvialis squatarola*), baituruçu (*Pluvialis dominica*), maçarico-pequeno-da-perna-amarela (*Tringa flavipes*), maçarico-branco (*Calidris alba*), maçarico-de-sobre-branco (*Calidris fuscicollis*), vira-pedras (*Arenaria interpres*), maçarico-de-peito-vermelho (*Calidris canutus*) e batuíra-de-bando (*Charadrius semipalmatus*).

As aves capturadas foram marcadas com anilhas metálicas e bandeirolas e tiveram coletados dados biométricos e amostras biológicas (sangue e penas) que serão utilizadas para pesquisas de contaminantes e virológicas e para avaliação do estado de saúde. "A avistagem e registro das aves marcadas é muito

importante para conhecê-las melhor. Qualquer pessoa pode avistar um animal marcado e fazer seu registro no site do Cemave", explicou Danielle Paludo, analista ambiental do Cemave.

AVES LIMÍCOLAS MIGRATÓRIAS

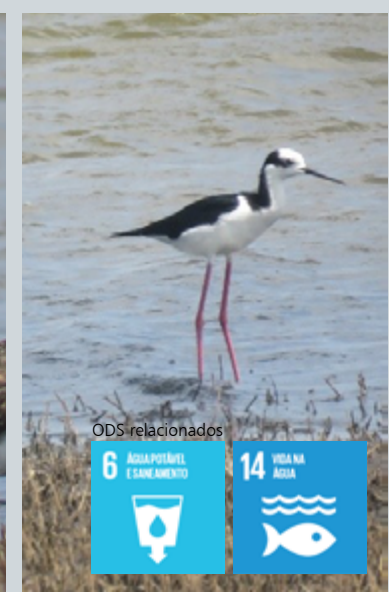
As aves limícolas migratórias são um grupo de diversas espécies de maçaricos, batuíras e narcejas que migram anualmente de um hemisfério ao outro e tem no Brasil importantes áreas de invernada e de parada na rota migratória. "São espécies

fabulosas pela sua capacidade e resistência ao migrar, estando entre os vertebrados capazes de realizar os maiores deslocamentos", afirmou Danielle.

O final de setembro marca o início da chegada das aves limícolas no Brasil. E o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba é um importante ponto de parada em sua migração do Ártico para os locais de invernada no Hemisfério Sul e de abastecimento prévio antes

das longas jornadas de retorno no período reprodutivo.

O monitoramento das aves no Parna e em outras áreas do Brasil faz parte de um esforço para sua conservação e dos seus habitats. Elas enfrentam inúmeras ameaças ao longo das migrações que vão desde tempestades e fenômenos naturais até causas antropogênicas como a poluição do mar e das praias e degradação dos seus locais de parada e invernada. Essas espécies são protegidas por acordos internacionais e no Brasil existe o Plano Nacional para a Conservação das Aves Limícolas Migratórias.



ODS relacionados



Analista ambiental Nonato Gomes participou das pesquisas que descreveram as novas espécies

Divulgação

Novas espécies de peixe-elétrico são descobertas em UC

Duas novas espécies de poraquês, a lendária enguia elétrica amazônica, foram descobertas. As pesquisas que levaram a este descobrimento aconteceram também em unidades de conservação do Amapá e contaram com a participação do analista ambiental Raimundo Nonato Gomes Mendes Júnior como um dos principais conhecedores da espécie que estava sendo pesquisada.

Os animais foram descritos em artigo divulgado na revista científica [Nature Communications](#), o que derruba a hipótese centenária de que só havia uma única espécie de poraquê em toda a Amazônia. A análise genética, anatômica e ecológica de poraquês provenientes de toda a Amazônia, incluindo da Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Curiaú e da Reserva Extrativista do Rio Cajari, unidade de conservação federal, permitiu a detecção e a descrição das novas espécies.

Os poraquês são um mega-predador amazônico, atingindo mais de 2 metros de comprimento. Entretanto, até hoje, só se conhecia a espécie *Electrophorus electricus*, descrita há mais de 250 anos pelo naturalista sueco Linnaeus. Quebrando esse paradigma centenário, o grupo de pesquisa mostrou que na verdade há pelo menos três espécies diferentes de poraquês, o que implica na possibilidade da descoberta de novas substâncias e características elétricas com importâncias específicas de cada animal.

O trabalho de coleta de amostras nas unidades de conservação do Amapá tem sido feito desde

2014, culminando com a publicação dos resultados em agosto de 2019. O estudo envolveu uma equipe internacional de cientistas capitaneada pelo brasileiro Carlos de Santana, do National Museum of Natural History dos Estados Unidos.

Nonato participou da descrição da nova espécie *Electrophorus variii*, que ocorre nas áreas de várzea da Amazônia, incluindo várias bacias do estado do Amapá, como os rios Ajuruxi, Curiaú e Oiapoque. O analista tem estudado a biologia dos poraquês há mais de 10 anos, o que resultou na geração de conhecimentos sobre a reprodução dos poraquês na APA do Rio Curiaú, também divulgada na revista científica internacional *Reviews in Fish Biology and Fisheries* em 2016.

O analista ambiental conta que os poraquês têm fascinado a humanidade há mais de três séculos por serem animais que geram descargas elétricas capazes de matar grandes predadores, a exemplo dos jacarés, servindo como fonte de inspiração para notáveis avanços tecnológicos. Entre eles estão a primeira pilha criada por Alessandro Volta, medicamentos para doenças neurodegenerativas e mais recentemente o desenvolvimento de baterias totalmente compatíveis com tecido orgânico, que permitirão o aprimoramento de aparelhos marcapasso, por exemplo.

“A descoberta da diversidade críptica de um megapredador amazônico, especialmente em unidades de conservação, e de uma espécie fonte de inovação tecnológica reforça a importância destes territórios protegidos para a conservação dos recursos naturais na região tropical com maior biodiversidade do mundo”, destacou Nonato.

A pesquisa foi financiada pela National Geographic Society, CNPq, Fapesp-Smithsonian e ICMBio. O artigo pode ser acessado [aqui](#) e [aqui](#).

Ação coíbe rede internacional de comércio ilegal de peixes



Acervo Cepta

Equipe do Cepta forneceu apoio técnico à operação

Operação de fiscalização realizada neste mês coibiu uma rede internacional que atuava no comércio ilegal de espécies da ictiofauna brasileira com interesses ornamentais, em especial representantes da família Rivulidae, também conhecidos como Rivulídeos, Killifish ou peixes anuais. A ação, denominada Operação Killifish, contou com a participação do Cepta, Ibama, Polícia Federal e o Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos Estados Unidos.

A ação ocorreu simultaneamente em Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais; São Paulo e São Vicente, em São Paulo; e Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Sua execução é consequência de intenso trabalho de cooperação interagências, iniciado com apreensões no Aeroporto de Guarulhos de mais de 50 objetos postais contendo aproximadamente 1.300 ovos de diferentes espécies de peixes sem licença de exportação e encaminhados para posterior análise e desenvolvimento desses ovos pelo Cepta. O destino final seriam diferentes países, como EUA, Alemanha, Bulgária, Malásia, Hungria, Rússia, Equador, República Tcheca, China, Grã-Bretanha, Argentina e Escócia.

Na operação, a equipe do Cepta, formada por Luiz Fernando Netto e Luiz Sergio Ferreira Martins, esteve em Contagem fornecendo apoio técnico e recebendo o material vivo apreendido. No município, foram encontrados cerca de cem aquários com peixes de diversas espécies. Além disso, animais e ovos também foram apreendidos pelo Ibama em São Vicente e encaminhados ao Cepta.

O centro recebeu 177 espécimes, cuja maioria consta na Lista Nacional de Espécies de Peixes Ameaçadas de Extinção (IN MMA 445/2014), e quatro pacotes com substrato contendo apenas ovos. Os exemplares estão sendo mantidos nas instalações do Laboratório de Peixes Anuais a fim de se manter a viabilidade do material vivo. Já os ovos deverão ser colocados em condição favorável para eclosão e desenvolvimento para que seja possível a confirmação da identificação da espécie.

Além da manutenção do banco genético para conservação ex-situ, os exemplares serão utilizados em pesquisas científicas cujo conhecimento adquirido irá embasar ações de manejo e conservação in situ. As informações também servirão de subsídio para os desdobramentos relacionados à Operação Killifish.

RIVULÍDEOS

A família Rivulidae é muito apreciada por aquarofilistas e se destaca por ser o grupo mais ameaçado entre os peixes de água doce, com 125 espécies listadas na Portaria MMA, o que representa 31% do total de peixes ameaçados (marinhos e continentais) e 40% dos peixes continentais em risco de extinção (311 espécies de peixes continentais ameaçados).

O Plano de Ação Nacional para Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção contempla 52 espécies ameaçadas de extinção. As 125 espécies listadas na Portaria nº 445/2014 serão contempladas no segundo ciclo do PAN, que está em fase de elaboração e tem previsão para ser publicado em 2020. O Cepta é o centro responsável por dirigir o processo de avaliação do estado de conservação das espécies da ictiofauna brasileira, coordenando também o PAN Rivulídeos, que tem o objetivo de estabelecer mecanismos de proteção e de redução de perda de habitat para essas espécies de peixes tão singulares.

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

Serra da Canastra inaugura novo atrativo histórico-cultural

Desde o início de outubro, os visitantes do Parque Nacional da Serra da Canastra (MG) podem visitar um novo atrativo na unidade de conservação: as Ruínas da Fazenda Zagaia. Acredita-se que o local tenha sido uma das mais importantes e antigas fazendas da área do Parna.

Com a inauguração do novo atrativo, o visitante poderá conhecer um pouco da história local e as ruínas da casa da fazenda. Também há acesso ao Mirante da Zagaia, onde é possível ver o Vale dos Coelhos a partir do ponto de encontro dos Chapadões da Canastra e Babilônia.

A origem da Fazenda Zagaia é ligada à expansão das atividades pecuárias no século XIX. Situada no sopé da vertente norte do chapadão, que originalmente levava seu nome, ela também era utilizada como pouso para os que cruzavam o caminho que corta as serras na direção do antigo sertão da Farinha Podre. Seu nome está relacionado à lenda bastante difundida na região

sobre a prática de seus antigos donos de montar uma armadilha com a zagaia sobre a cama de seus hóspedes para matá-los e roubá-los.

Com a criação do parque, a fazenda foi abandonada, encontrando-se hoje em ruínas. Edificada dentro do sistema construtivo tradicional, em adobe, hoje ela mantém apenas parte do alicerce e de suas paredes. Apesar das suas precárias condições físicas, a fazenda continua sendo um marco histórico importante, especialmente pela força da lenda sobre a zagaia.

O acesso ao local pode ser feito a pé ou de bicicleta, em percurso de 6 km ida e volta, com início na Portaria 3 (saída para Sacramento). Os veículos, incluindo motos, devem ser estacionados em frente à portaria. Não é permitido o acesso de veículos de visitantes e condutores, e os condutores credenciados podem acessar o local em horário especial.

Visitantes poderão conhecer as Ruínas da Fazenda Zagaia



ODS relacionados



ICMBio em Foco - nº 537

Últimos dias de inscrição no Prêmio Nacional da Biodiversidade

Terminam na próxima semana as inscrições para a 3ª edição do Prêmio Nacional da Biodiversidade, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O prêmio tem o objetivo de valorizar as ações, iniciativas e projetos que contribuam para melhorar o estado de conservação das espécies da fauna e flora brasileiras.

A terceira edição contempla seis categorias: Sociedade Civil, Empresas Privadas, Iniciativas Comunitárias, Academia, Órgãos e Empresas Públicos e Imprensa. Para as cinco primeiras, serão avaliados o foco do projeto, a efetividade quanto ao estado de conservação da espécie, os impactos ambiental e social causados pela ação e a inovação.

Já na categoria Imprensa, podem concorrer reportagens veiculadas até dois anos antes da publicação do edital (12 de julho de

2019), que influenciaram ou impulsionaram a realização de ações voltadas para a conservação da biodiversidade. Será levado em conta, também, o alcance da publicação.

Cada categoria terá três finalistas. A escolha dos vencedores será feita pela Comissão Julgadora. O anúncio ocorrerá no dia 22 de maio de 2020, durante evento comemorativo do Dia Internacional da Biodiversidade, em Brasília. As iniciativas finalistas também concorrerão ao prêmio especial Júri Popular, cujo vencedor será eleito por meio de votação eletrônica.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 22 de outubro, exclusivamente no site do Ministério do Meio Ambiente. Todas as iniciativas finalistas receberão certificado de participação. Já os vencedores ganharão o troféu do Prêmio Nacional da Biodiversidade.

Mais informações em [aqui](#).



PRÊMIO NACIONAL DA
BIODIVERSIDADE

Resex Mãe Grande Curuçá discute perfil da família beneficiária



Oficinas foram realizadas em quatro comunidades da Resex

A primeira etapa das oficinas comunitárias para discussão e elaboração do perfil da família beneficiária da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (PA) foi realizada entre os dias 23 e 26 de setembro, nos polos comunitários de Nazaré do Mocajuba, Mutucal, Candeuca e Caratateua. Na oportunidade, também foi feita a devolutiva dos resultados do levantamento das famílias da unidade, desenvolvido em 2014 e 2019.

As oficinas contaram com cerca de 200 pessoas, que representaram suas comunidades. Além das lideranças e moradores das comunidades usuárias da Resex, também participaram representantes, observadores e pesquisadores de entidades interessadas nos processos de construção desta ferramenta que busca o desenvolvimento sustentável da região.

Patrick Jacob, chefe da unidade, explicou que o objetivo das oficinas é criar um instrumento de gestão que possibilite dirimir dúvidas e situações de conflitos entre as comunidades tradicionais e a sociedade local e que apresente as características que as famílias devem possuir para ter acesso às diversas políticas públicas disponibilizadas pelo governo.

“Para a gestão da Resex, o perfil irá ajudar a mitigar os conflitos e dúvidas internas de quem é beneficiário ou apenas usuário da unidade, além de possibilitar o desenvolvimento de estratégias e diretrizes de gestão de acordo com o perfil da família beneficiária. Um exemplo

prático da significância norteadora do perfil é a elaboração do plano de manejo, outra ferramenta de gestão que possibilitará o zoneamento e o ordenamento da unidade por meio do mapeamento participativo e do diálogo com as comunidades”, explicou.

O presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (Auremag), José Roberto de Moraes, morador da comunidade Valetim, reiterou a importância do perfil, pois a partir dele é que se vão definir os direitos dos pescadores sobre os recursos naturais e o uso correto e sustentável deles. “A partir desse desenho, é possível desenvolver diversos benefícios nas escalas municipal, estadual e federal. Muitas das vezes o pescador não sabe nem o que ele é, não sabe o que é a Resex, ele mesmo se discrimina, e a partir dessas reuniões os moradores irão ter mais noção sobre seus direitos como beneficiários”, relatou.

Para o pescador Marcelo Costa, as oficinas “são fundamentais para iniciar o planejamento das ações para a construção coletiva do Acordo de Gestão da reserva, dando a noção de quem produz, o que produz e como produz. Para o futuro das comunidades é importante, pois pode resguardar nossos direitos diante das obras de infraestrutura e exploração da região”.

A segunda etapa de realização das oficinas ocorrerá no mês de dezembro e contemplará as demais comunidades da Resex.

Monitoramento e voluntariado avançam nos Campos Amazônicos



Monitoramento em ação

O Parque Nacional dos Campos Amazônicos (RO/MT/AM) realizou no mês de setembro ações voltadas ao monitoramento da biodiversidade. A atividade teve como foco o Protocolo de Amostragem de Aves e Mamíferos, do Programa Monitora, com atuação de voluntários e monitores.

O monitoramento foi executado nas três trilhas presentes no interior da unidade. A atividade incluiu em seu cronograma capacitação sobre o Programa Monitora com ênfase na unidade amostral de mamíferos e aves, fornecida pela monitora da biodiversidade Poliana Pereira, e capacitação em manuseio e técnicas de fotografia, ministrada pela fotógrafa Marcela Bonfim.

Cada monitor e voluntário percorreu cerca de 110 km de caminhada em meio à floresta amazônica. Para o monitor da biodiversidade Wésley Duarte, a experiência “foi espetacular! Uma grande vitória poder entrar em contato

com essa rica diversidade da fauna, com alguns animais que ainda não haviam sido avistados em monitoramentos anteriores que participei. Acredito que outros monitores tiveram a mesma sensação”.

Para Deusiele Pereira, também monitora da biodiversidade, “monitorar em uma unidade de conservação no interior da Amazônia foi uma experiência incrível, maravilhosa, diferente de tudo já vivido. Esse campo é coisa de outro mundo, essa paisagem do Cerrado é perfeita. Vou levar em meu coração o momento mais lindo e gratificante na vida de um monitor, pois tive o prazer de realizar aqui a melhor experiência da minha vida – ficar frente a frente com uma *Panthera onca*, o topo da cadeia alimentar”.

Durante o censo, foram realizados 135 avistamentos, com um total de 287 indivíduos amostrados. Além do registro da onça pintada, outras cinco espécies chamaram a atenção por

Acevo Parna dos Campos Amazônicos



concentrar 60% dos avistamentos: 52 *Sapajus apella*, 39 *Penelope jacquacu*, 35 *Lagothrix cana*, 25 *Pithecia irrorata* e 22 *Pauxi teberosa*.

Mariane Barbosa, voluntária e graduanda pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, comenta que “o voluntariado foi uma grande experiência de vivência em campo, contribuindo para minha formação profissional e pessoal na forma de desafios, superações e autoconhecimento, além de me proporcionar a oportunidade de conhecer novas pessoas e ecossistemas e de poder ver, de perto, a flora

e a fauna exuberantes do cerrado amazônico e floresta amazônica”.

Para Ueslei Pedro, chefe substituto do Parna, foi uma importante ação ocorrida: “Percebemos que monitores bem capacitados junto com voluntários devidamente qualificados podem auxiliar de forma eficaz os trabalhos de gestão da biodiversidade, somando experiências individuais de monitores do entorno com voluntários de outras biomas do país, como Caatinga e Mata Atlântica”.

Prata da casa

Artigo descreve trabalho de avaliação do estado de conservação da fauna

Servidores do Instituto Chico Mendes publicaram o artigo “Avaliação do Risco de Extinção da Fauna Brasileira: Ponto de Partida para a Conservação da Biodiversidade”, que descreve o trabalho desenvolvido pelo órgão e parceiros. O estudo foi divulgado na revista científica [Diversidade e Gestão](#) e desenvolvido por Estevão Carino Fernandes de Souza, Arthur Brant, Carlos A. Rangel, Luis Eugênio Barbosa e Rodrigo S. P. Jorge, do CBC, e Carlos Eduardo Guidorizzi, do RAN.

O trabalho traz informações sobre como o processo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira é realizado pelo ICMBio, por meio de seus centros de pesquisa e conservação e parceiros, auxiliando na atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna Brasileira.

Para avaliar o risco de extinção de vertebrados e invertebrados no Brasil, é utilizado o método de categorias e critérios desenvolvido pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). Essa metodologia é amplamente utilizada em avaliações do estado de conservação de espécies em nível global e já é adotada por diversos países. Seu processo é regular, contínuo e separado por etapas documentadas. Entre essas fases, estão compilação e organização de informações em fichas individuais para cada espécie; consulta ampla (pública) e direta aos especialistas da comunidade

científica para revisão das informações; oficina de avaliação do risco de extinção das espécies com o método IUCN; oficina de validação dos resultados, quando é feita a checagem da aplicação do método; e publicação e divulgação dos resultados.

Até 2015, as informações sobre as espécies eram documentadas em arquivos Word. Com o objetivo de organizar as informações e facilitar a execução, foi desenvolvido o Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade (SALVE) para servir como um repositório dos dados das espécies avaliadas. De acordo com o analista de sistemas Eugênio Barbosa, desenvolvedor do SALVE, o sistema trouxe o processo de avaliação para o século XXI, trazendo agilidade, aumentando a produtividade da equipe e, principalmente, possibilitando a gestão dos dados e informações sobre espécies, permitindo responder questões como “quais espécies da fauna ocorrem em uma determinada unidade de conservação?” ou “quais são as espécies criticamente ameaçadas que ocorrem no Cerrado?”.

Os resultados preliminares do ciclo atual de avaliação indicam que, das 2.777 espécies avaliadas até 2018, 2.429 (87,5%) permaneceram na mesma categoria de risco de extinção do ciclo anterior, enquanto 97 (3,5%) foram avaliados em uma categoria melhor que a anterior e 251 (9%) em categoria pior. Entre os

INSTITUTO CHICO MENDES
DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



LIVRO VERMELHO
DA FAUNA BRASILEIRA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO

2018

Livro Vermelho, um dos resultados do processo de avaliação da fauna

que melhoraram, o motivo mais frequente (75 táxons) foi a disponibilidade de novas informações. Apenas em dois casos a melhoria foi atribuída a uma mudança real no estado de conservação da espécie. Entre os que pioraram, para 198 táxons, a razão foi a disponibilidade de novas informações, enquanto, para oito deles, o fator foi a mudança real do estado de conservação.

O processo de avaliação conduzido pelo ICMBio é, provavelmente, o maior esforço já empreendido em nível mundial para avaliação do risco de extinção de espécies da fauna de um país e estabeleceu no Brasil um marco zero a partir do qual o estado de conservação da fauna poderá ser monitorado continuamente. Mais do que apenas contribuir para atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, os esforços conjuntos do ICMBio com a comunidade científica resultam na geração e organização de dados e informações sobre estas espécies no país. A implementação do sistema SALVE resultará em um banco de dados digital das espécies da fauna brasileira, que ficará disponível para consulta por gestores, tomadores de decisão e cidadãos em geral.

CurtaJ

São Francisco de Paula realiza Oficina de Revisão do Plano de Manejo

Acervo Flona de São Francisco de Paula



Representantes de diversas instituições estão participando da revisão do plano de manejo

Nos dias 23 e 27 de setembro, foi realizada a Oficina de Revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula (RS). No encontro, conduzido pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (Coman) e sua equipe ampliada, foram formulados os elementos do plano de manejo, como propósito, declarações de significância, valores e recursos fundamentais e sua avaliação, necessidades de dados e planejamentos, zoneamento e normas. A metodologia utilizada para revisão do plano de manejo foi estabelecida pela Instrução Normativa nº 7/2017, que prevê a realização de uma oficina com representantes que possuam amplo

conhecimento sobre a unidade de conservação. O evento contou com participação de diversos atores, representado operadores de turismo, setor florestal, sindicato rural, o Ibama, secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação, universidades, pesquisadores, controladores de javali, voluntários, coletores de pinhão, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a Estação Ecológica Estadual de Aratinga, além do Cemave e da Coest. As próximas etapas serão a apresentação do documento à Diman e ao Conselho Consultivo da Flona ainda no mês outubro.

Oficina avalia conservação de peixes continentais e amazônicos

Foram realizadas entre os dias 7 e 11 de outubro a V Oficina de Avaliação dos Peixes Continentais Amazônicos do 2º Ciclo – Loricariidae e famílias pequenas e a V Oficina de Avaliação dos Peixes Continentais do 2º Ciclo – Ecorregiões do Alto Paraná e Iguaçu. O objetivo do evento conjunto foi avaliar o estado de conservação de mais de 500 espécies de peixes continentais, com a presença de 41 especialistas, representando instituições de pesquisa do país, além da equipe de facilitação com representantes do Cepta, Cepam, CBC e RAN. Ao todo, 548 espécies de peixes continentais tiveram seu estado de conservação avaliado, das quais 453 foram categorizadas como Menos Preocupante (LC), 42 ficaram em alguma das três categorias de ameaça (CR, EN ou VU), 14

Acervo Acadebio



Evento reuniu especialistas do ICMBio e parceiros

como Quase Ameaçadas (NT) e 35 como Dados Insuficientes (DD). Neste segundo ciclo, já foram avaliados cerca de 1.800 peixes continentais. Ainda serão avaliadas aproximadamente 1.500 espécies.

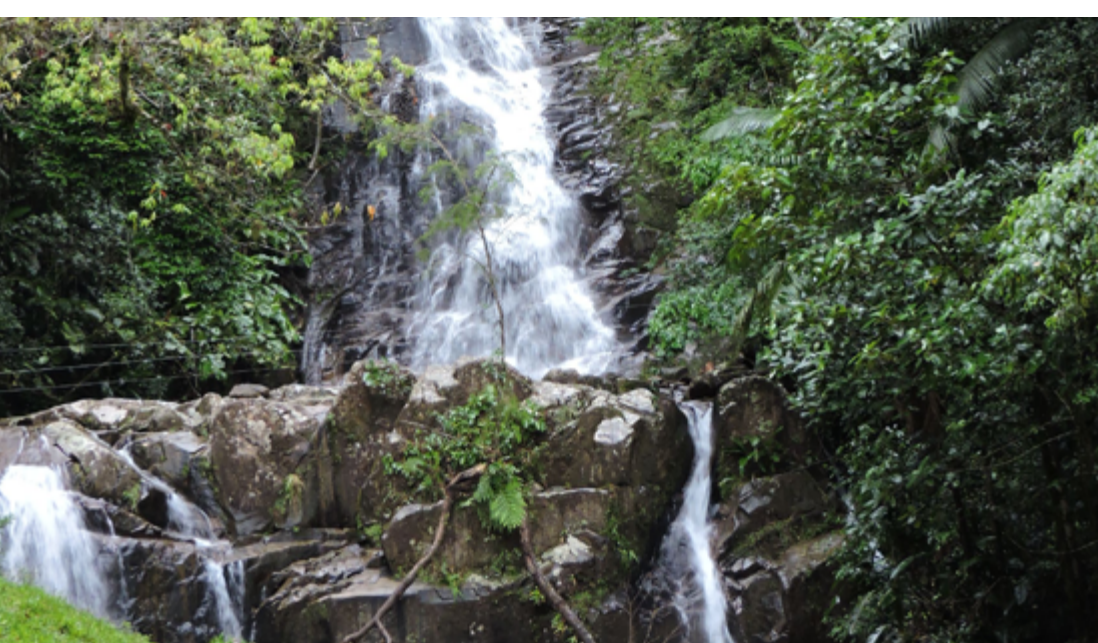
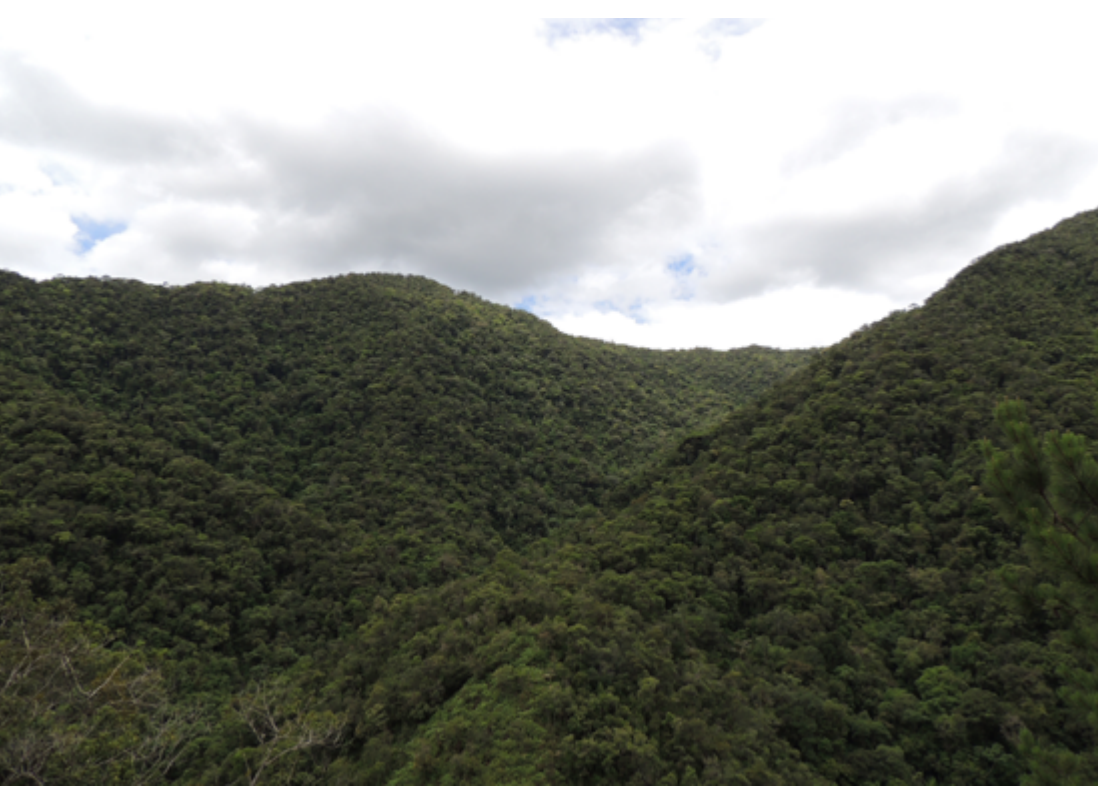
Rebio do Jarú realiza análise de recursos hídricos

A Reserva Biológica do Jarú (RO) está realizando a análise das águas superficiais de afluentes que desaguam no rio Machado, localizados no interior da unidade de conservação. O objetivo da pesquisa é analisar a dinâmica de parâmetros físico-químicos e biológicos da água de recursos hídricos inseridos nos limites da Rebio, atendendo recomendação do plano de manejo, que identifica como prioridade alta o monitoramento da qualidade da água nesses locais. Etienne Oliveira Silva, analista ambiental da reserva, explica que existe uma lacuna de informação sobre a dinâmica hidrogeoquímica dos corpos d'água de áreas protegidas por lei no Brasil, a exemplo da Reserva Biológica do Jarú. "Um

dos principais instrumentos de sustentação de uma política de planejamento e gestão de recursos hídricos é o monitoramento da qualidade da água, procedimento que possibilita analisar os impactos que ações antrópicas podem causar. Essas informações subsidiam a tomada de ações adequadas de controle ambiental", afirmou. O estudo prevê quatro coletas de água, abrangendo os quatro períodos do ciclo hidrológico (seca, enchente, cheia e vazante), sendo que três delas já foram realizadas. A pesquisa, cujos resultados já foram divulgados em eventos científicos, é desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (Unir).

Parna da Serra do Itajaí (SC)

Acervo Parna da Serra do Itajaí





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjoire de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Lucas Porto

Colaboraram nesta edição

Bianca Thais Zorzi Tizianel – Parna da Serra da Canastra; Cláudia Gualberto – Cepam; Danielle Paludo – Cemave; Edward Elias Júnior – ICMBio Cipó-Pedreira; Elba Sancho Garcez Militão – CBC; Etienne Oliveira Silva – Rebio do Jaru; Janine Soares Maffei – Parna da Serra dos Órgãos; José Geraldo de Araújo – ICMBio Cipó-Pedreira; Luiz Fernando Netto – Cepta; Mauro André Castro – Resex Mãe Grande de Curuçá; Michele Knob Koch – Flona de São Francisco de Paula; Rafaela Vicentini – Cepam; Raimundo Nonato Gomes Mendes Júnior – Resex do Rio Cajari; Rodrigo Silva Pinto Jorge – CBC; Ueslei Pedro Leal de Araujo – Parna dos Campos Amazônicos.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL